

190

12 O LIBERAL

Kayapós suspendem venda de mogno

ÍNDIOS DEIXAM DE VENDER AOS MADEIREIROS E PASSAM A TER RELAÇÕES COMERCIAIS COM A FUNAI, EM BENEFÍCIO PRÓPRIO

Brasília (Sucursal) - Um acordo inédito assinado ontem em Brasília entre dezessete lideranças kayapós e o governo federal pode ser o primeiro passo para evitar a exploração ilegal de madeira em reservas indígenas. De acordo com o documento, os índios se comprometeram a não vender a madeira extraída em suas terras, localizadas no Pará. Em contrapartida, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai proceder ao levantamento da madeira já derrubada na reserva e entregá-la à Fundação Nacional do Índio (Funai), que a venderá posteriormente em leilão, cuja renda será revertida para a comunidade indígena.

A estratégia atinge diretamente as empresas que, desde o início da década de 80, compravam madeira ilegal das terras dos kayapós. No ano passado, com o incremento da fiscalização do Ibama, 6 milhões de metros cúbicos de madeira ilegal deixaram a reserva, uma queda de 80% em relação aos anos anteriores, quando a média de madeira extraída na área kayapó chegava a 30 milhões de metros cúbicos.

Quatro mil índios vivem hoje nos 3,2 milhões de hectares da reserva Kayapó, divididos em 17 aldeias que abarcam os municípios de Redenção,

São Félix do Xingu e Tucumã. A estimativa do chefe do Departamento de Fiscalização do Ibama, Rodolfo Lobo, é que exista uma quantidade de madeira correspondente a R\$ 6 milhões. O dinheiro apurado com a venda será incorporado à Renda do Patrimônio Indígena e destinado à implementação de projetos de auto-sustentabilidade junto à comunidade Kayapó.

O entendimento do governo é que os recursos arrecadados com o leilão representam uma "sobrevida" para a comunidade Kayapó. A intenção é que ainda em 1999 os índios sejam treinados para explorar a madeira de forma sustentável, com a utilização de planos de manejo, e possam iniciar sua sobrevivência econômica. Em um discurso que agradou aos kayapós, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, garantiu aos índios que o governo dará todo apoio à comunidade.

Mercadorias - Desde 1981, os kayapós vendem madeira de suas terras para empresas madeireiras. O comércio ilegal movimentava aproximadamente R\$ 400 milhões anualmente, uma vez que o preço do mogno - a principal madeira explorada na área - chega a R\$ 1.400 o metro cúbico no mercado internacional. A parte que cabia aos índios está bem abaixo disso. Na reserva, o mogno é comercializado a R\$ 40,00 o metro cúbico e o pagamento é feito não em moeda corrente, mas em mercadorias.

A estratégia - apelidada de "barraço" na região - é simples: o madeireiro avalia a madeira, estipula o preço e oferece em troca aviões, carros e combustível. O mesmo esquema funcionou para a exploração do ouro existente na reserva e foi responsável pelo enriquecimento relâmpago de algumas lideranças kayapós. Como os



▲ **COMPROMISSO** - Lideranças kayapós assinam o acordo com o Ministério do Meio Ambiente, assistidas pelo ministro José Sarney Filho, em Brasília

kayapós não têm o costume de agir como provedores da comunidade, a ação individual dos caciques facilita os acordos ilegais com os madeireiros.

Conflitos - O acordo de ontem foi consequência natural de uma situação que estava se tornando insustentável. Em 1997, a até então cômoda relação entre índios e madeireiros começou a ser abalada por

uma conjugação de fatores. De um lado os índios começaram a perceber que estavam reféns dos madeireiros, que estipulavam que quantidade de madeira correspondia ao valor de um determinado objeto oferecido em troca. "Os madeireiros diziam, quando um cacique cobrava pagamento: vocês ainda estão me devendo, vou entrar no próximo ano e tirar mais

até vocês saldarem a dívida", conta o cacique Kube-Í Kayapó, da aldeia Gorotire.

Por outro lado, a fiscalização do Ibama foi incrementada, detectando com precisão a exploração ilegal e impedindo que boa parte da madeira extraída saísse da reserva. "A fiscalização deu prejuízo, os madeireiros não pagaram os índios e abriram a possi-

bilidade deste acordo", disse o presidente do Ibama, Eduardo Martins.

Simultaneamente, os conflitos entre índios e fiscais do Ibama se acirram, aumentando a possibilidade de ocorrer um massacre. Para evitar confrontos, governo e lideranças indígenas decidiram abrir as negociações que culminaram com o acordo assinado ontem.

FOTO: AGÊNCIA BG